

TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS: UMA NARRATIVA DOS CONTOS DE FADAS

Rosana Muniz Soares (UNIPLI)

(...) abre a porta do irracional, isto é, do mistério, da magia, do acaso, do maravilhoso, do sobrenatural, onde se encontram as forças do Bem e do Mal; mas fica-se também mais perto do inteligível (*sic*); a distância no tempo e no espaço produz o efeito de exotismo, de desproporção das dimensões (o monstruoso), das quantidades (o enorme) e das noções (o incrível). (CHARAUDEAU)

GÊNEROS, TIPOS E SUBTIPOS TEXTUAIS

Patrick Charaudeau (1992) distingue *tipos de textos* (publicitário, didático, jornalístico, literário etc.) de *modos de organização do discurso* (narrativo, descritivo, argumentativo e enunciativo).

Para ele, *os modos* se referem a diferenças estruturais e são válidos, em princípio, para todas as culturas. Baseiam-se na organização interna do texto, visando a uma função típica de cada um. A função do *narrativo* é contar ou relatar; a do *descritivo*, descrever; a do argumentativo, argumentar, isto é, “explicar uma verdade numa visão racionalizante para influenciar o interlocutor” (CHARAUDEAU, *op. cit.*, p. 642) e a do *enunciativo* é gerir os outros três, tendo uma função metadiscursiva e, por estar a serviço dos demais modos, dificilmente predominará sobre esses num texto.

Já os *tipos*, ao contrário, não são os mesmos em todas as sociedades. Referem-se a produtos culturais, cada um deles equivale a um ramo da atividade humana. A noção de tipo de texto é inseparável da de situação comunicativa, dependendo, portanto, “de aspectos *extratextuais*, ao passo que a de modos de organização discursiva é *intratextual*, o que não significa que não haja correlação entre cada um desses modos e determinadas circunstâncias

comunicativas propensas a fazê-lo aparecer” (OLIVEIRA, 2003: 42).

Quanto à diferença entre tipos e gêneros, é questão de parte e todo. Cada tipo abriga certo número de gêneros textuais, ou seja, os gêneros são subcategorias dos tipos: o tipo de texto literário inclui os chamados gêneros literários e assim por diante.

Cada gênero, por sua vez, segundo Oliveira (*op. cit*), pode, ainda, dividir-se em subgêneros. Por exemplo, o gênero literário *poesia* contém os subgêneros *ode*, *madrigal*, *soneto*, etc.

Para a autora, há uma certa correlação entre gêneros textuais e modos de organização do discurso, um exemplo disso é o *conto*, sempre narrativo.

O conceito de gênero textual é, no entanto, bastante discutível.

Segundo Marcuschi (2002: 19), os gêneros textuais:

Contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação. No entanto, mesmo apresentando alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo, os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a sociedades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à escrita.

Em povos de cultura oral, o número de *gêneros* é limitado; com a escrita alfabética e o florescimento da imprensa, sua ampliação foi inevitável. Atualmente, em plena fase de explosão da cultura eletrônica (TV, rádio, telefone, computador, Internet e assim por diante), há uma lista imensurável de *gêneros textuais*, o que acarreta, muitas vezes, denominações divergentes e o desaparecimento ou o surgimento repentino de alguns deles.

Esses *gêneros* novos que vão surgindo não são totalmente inovadores, pois se criam a partir de outros já existentes. Por esta-

rem diretamente ligados à observação da linguagem em uso, acabam por desfazer cada vez mais a fronteira entre a oralidade e a escrita.

“A comunicação verbal só é possível por algum gênero textual” (MARCUSCHI, 2002: 22). Essa postura teórica também é defendida pela maioria dos autores que tratam a língua em seus aspectos discursivos e enunciativos e não somente em suas particularidades formais.

Os *gêneros textuais* privilegiam uma noção de língua como atividade social, histórica e cognitiva, enfatizando a questão funcional e interativa, porém não abandonam o aspecto formal e estrutural da língua. Esses aspectos funcionam como elementos organizadores do texto e, muitas vezes, determinam o gênero em questão.

Uma distinção entre *gênero* e *tipo* textual faz-se necessária para o trabalho com a produção e a compreensão de textos.

Para Marcuschi (2002: 22-23), o *gênero textual* é utilizado

...como uma noção propositalmente vaga para referir *os textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.

Os *gêneros* são representados por textos empíricos; são inúmeros e podemos exemplificá-los como: *telefonema, sermão, carta comercial, notícia, horóscopo, conversa espontânea* etc.. Já o *tipo textual* é utilizado para designar uma espécie de construção teórica definida pela *natureza lingüística* de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). São representados por textos não empíricos. Em geral, constituem as poucas espécies conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*.

Travaglia (2001) prefere encaminhar uma discussão que sugere a necessidade e a validade de distinguir três “elementos tipológicos” diferenciados e hierarquizados – *Tipos, Gêneros e Subtipos*.

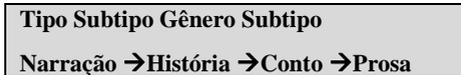
O primeiro elemento tipológico é o *tipo de texto*. Pode ser identificado e caracterizado por estabelecer a interação, um modo de interlocução, de acordo com perspectivas que podem variar, constituindo critérios para o estabelecimento de tipologias diferentes.

Essas perspectivas giram em torno do produtor do texto em relação ao objeto do dizer e quanto ao fazer ou conhecer / saber e sua inserção no tempo e/ou espaço – ou não – estabelecendo os tipos *narrativo, descritivo, injuntivo e dissertativo*.

O segundo elemento tipológico é o *gênero de texto*, que se caracteriza por exercer uma função social específica, nem sempre de fácil explicitação. Por exemplo, a *correspondência* é um gênero (que alguns chamam de epistolar) identificável pela função social de permitir a troca de informações por um veículo específico. Como exemplo de outros gêneros, podemos citar o *conto*, a *fábula*, o *romance*, a *notícia* etc.

O terceiro elemento tipológico é o *subtipo*, que se define e se caracteriza por aspectos formais de estrutura e da superfície linguística e/ou por aspectos de conteúdo. Um *tipo* pode ter *subtipos* e *gêneros*. Os *gêneros* também podem ter *subtipos*.

Para que essas relações e hierarquias fiquem mais explícitas, observemos o esquema seguinte, a ser ilustrado em nosso trabalho:



Constata-se que esses dois últimos pesquisadores, apesar de algumas divergências de abordagem, insistem na necessidade de se considerarem os *gêneros* e os *tipos*, principalmente, no que se refere ao ensino da língua.

Já Oliveira (2001) apresenta a classificação canônica dos textos – consagrada pela tradição escolar – dividida em três tipos textuais: *descritivo, narrativo e dissertativo*.

Alguns autores desmembram a dissertação em dois tipos,

dissertação argumentativa e dissertação expositiva. Há, ainda, os que propõem seis tipos textuais: descritivo, narrativo, argumentativo, expositivo, instrucional e conversacional.

Para Kleiman (2000: 19),

Os textos também podem ser classificados levando-se em consideração o caráter da interação entre autor e leitor, pois o autor se propõe a fazer algo, e quando essa intenção está materialmente presente no texto, através das marcas formais, o leitor se dispõe a escutar, momentaneamente, o autor, para depois aceitar, julgar, rejeitar. Sob esse ponto de vista da interação podemos também distinguir os *discursos* narrativos, descritivos, argumentativos.

Vale lembrar que o produtor, ao escrever seu texto, geralmente, utilizará alguns tipos textuais, ocorrendo uma certa mistura entre eles, mas sempre havendo predominância de um tipo.

O objeto de nosso interesse é o texto narrativo que, de acordo com Oliveira (2001), é uma seqüência de fatos e se caracteriza: (i) pela presença de ações, (ii) pelo predomínio dos verbos no pretérito, sobretudo no perfeito, (iii) pela ocorrência de personagens e (iiii) por se referir a fatos ordenados cronologicamente.

Ainda com o mesmo autor (*op. cit.*, p. 34), podemos dizer que

O texto narrativo estrutura-se a partir de uma **situação de equilíbrio**, perturbada por um fator qualquer de **desequilíbrio**, para o qual surge uma **solução**, geradora de **novo equilíbrio**, podendo ocorrer no mesmo texto um ou mais **trinômios** desse tipo.

Optamos por trabalhar com o texto narrativo – o conto de fadas - porque narrar é uma prática natural do ser humano. É preciso narrar. Narrar é construir o mundo

A HISTÓRIA DA ESTÓRIA

Dentre os tipos de texto em questão, trabalharemos com a *narração*, já quanto aos vários gêneros textuais, priorizaremos o *conto*, mais especificamente o de *fadas*.

O conto é uma narrativa mais curta, mas isso não quer dizer que seja mais simples do que os outros tipos. Tem como característica central condensar conflito, tempo, espaço e reduzir o número de personagens.

Trata-se de um gênero muito apreciado por autores e leitores, ainda que tenha adquirido características diferentes, como, por exemplo, deixar de lado a intenção moralizante e adotar o fantástico ou o psicológico para elaborar o enredo. Pode abordar qualquer tipo de tema na construção de um mundo particular:

Entendo que para contar é necessário primeiramente construir um mundo, o mais mobiliado possível, até os últimos pormenores. Constrói-se um rio, duas margens, e na margem esquerda coloca-se um pescador, e esse pescador possui um temperamento agressivo e uma folha penal pouco limpa, pronto: pode-se começar a escrever, traduzindo em palavras o que não pode deixar de acontecer. (ECO *apud* TERRA, NICOLA & CAVALLETE, 2002: 552)

Conforme se pode observar, o *contar histórias* é muito importante na criação de imagens e de mundos. Nossa opção pelo *conto de fadas* explica-se por sua tendência ao fantástico, ao maravilhoso, ao simbólico numa tentativa de amenizar o panorama de violência da realidade atual.

Os escritos de Platão mostram-nos que as mulheres mais velhas contavam às suas crianças histórias simbólicas. Desde então, os contos de fadas estão veiculados à educação das crianças. Na Antiguidade, Apuleio, um escritor e filósofo do século II d.C., escreveu um conto de fadas “*Amor e Psyche*”, uma história como *A Bela e a Fera*. Esse conto tem o mesmo padrão dos que se podem ainda encontrar, hoje em dia, na Noruega, na Suécia, na Rússia e em muitos outros países. Pode-se concluir que este tipo de conto de fadas (da mulher que redime seu amado da forma animal) existe praticamente inalterado há 2.000 anos. Mas há uma informação mais antiga: os contos de fadas também foram encontrados nas colunas e papiros egípcios, sendo um dos mais famosos, o dos dois irmãos, Anúbis e Bata. Nossa tradição escrita data aproximadamente de 3.000 anos e *os temas básicos não mudaram muito*. Existem indícios de que alguns temas principais desses contos se

reportam a 25.000 anos a.C., ainda assim, mantendo-se praticamente inalterados.

Podemos dizer, com Khéde (1990: 16) “que os contos de fadas atualizam ou reinterpretam, em suas variantes, questões universais como os conflitos do poder e a formação dos valores, misturando fantasia e realidade no clima do ‘Era uma vez...’”.

Os contos de fadas têm suas raízes em fontes diversas. De acordo com Coelho (2000: 175), segundo o registro mítico-literário,

Os primeiros *contos de fadas* teriam surgido entre os celtas, povos bárbaros que, submetidos pelos romanos (séc. II a.C./séc.I da era cristã), se fixaram principalmente nas Gálias, Ilhas Britânicas e Irlanda. A essa herança céltica, é atribuído o fundo maravilhoso, de estranha fantasia, imaginação e encantamento que caracteriza as novelas de cavalaria do ciclo do bretão (ciclo do Rei Artur e seus Cavaleiros da Távola Redonda e sua Dama Ginevra). Foi, pois, nas novelas de cavalaria que *as fadas teriam surgido como personagens*, representando forças psíquicas ou metafísicas.

Os *contos de fadas* têm, portanto, como ponto de partida um encantamento, uma metamorfose, que levam à aventura da busca. Esses contos surgiram como poemas que relatavam amores estranhos, eternos, essencialmente idealistas e ligados aos valores eternos do ser humano e aos valores espirituais. sensorial mais plena vai se contrapor ao espiritualismo gerado pela imaginação sonhadora de celtas e bretões (COELHO, 1987:15)

Desde o século XVII, conheciam-se os contos de fadas, os contos de magia e fantasmagoria, contos e narrativas para pequenos e grandes. O conto, porém só adotou o sentido de forma literária quando os irmãos Grimm deram a uma coletânea de narrativas, publicada em 1812 o título *Contos para Crianças e Famílias*. Foi, então, a coletânea dos irmãos Grimm que reuniu toda essa diversidade num conceito unificado e que passou a ser a base de todas as coletâneas ulteriores do século XIX. Os irmãos Grimm são, pois, responsáveis pelas pesquisas sobre o conto que até hoje continuam sendo realizadas.

Para os irmãos Grimm, no entanto, as verdadeiras coletâneas de contos começaram no fim do século XVII com Charles Perrault, que apresenta os seus contos como se tivessem sido contados por uma velha ama a seu filho. Os contos de Perrault entram na categoria dos Contos para Crianças e Famílias, de Grimm.

Pouco depois da publicação dos contos de Perrault, narrativas do mesmo gênero inundaram a França e o resto da Europa. Esse gênero dominou toda a literatura do começo do século XVIII, substituindo a narrativa do século XVII, o romance e o que restava de novela. A quantidade de contos é incalculável e, entre 1704 e 1708, surge a narrativa oriental com a primeira tradução das *Mil e Uma Noites*.

A coleção dos contos de fadas dos irmãos Grimm tem atravessado os séculos com sucesso, brotando edições em todo canto. Em diversos países, pessoas começaram a colecionar histórias e contos de fadas nacionais, repetindo-se o número enorme de temas.

Ainda no século XVIII, em decorrência de um interesse histórico e científico, houve uma tentativa de se responder à questão do porquê de tantos temas repetitivos. Visto não haver nessa época hipótese alguma sobre um inconsciente coletivo, ou sobre uma estrutura comum da *psique* humana, procurou-se descobrir a origem dos contos de fadas, quando teriam surgido. É praticamente impossível determinar se teriam se originado somente em um país, ou se diferentes contos poderiam provir de diferentes países. Há afirmação de alguns autores de que a versão melhor, mais rica, mais poética e melhor expressa seria a original, sendo todas as outras derivações. Mas isso não parece verdadeiro, pois o fato de os contos de fadas serem manuseados não significa necessariamente a sua degeneração, podendo até mesmo virem a ser enriquecidos.

Jacob Grimm não se apropriou do conto como se apresentava na literatura, ele foi diretamente ao povo e descobriu o verdadeiro conto como forma simples.

Segundo Coelho (2000: 164-165), são consideradas, formas simples

Determinadas narrativas que, há milênios, surgiram anonimamente e passaram a circular entre os povos da Antiguidade, transformando-se com o tempo no que hoje conhecemos como tradição popular. De terra em terra, de região a região, foram sendo levadas por contadores de histórias, peregrinos, viajantes, povos emigrantes, etc., até que acabaram por ser absorvidas por diferentes povos e, atualmente, representam fator comum entre as diferentes tradições folclóricas.

As formas simples são as que resultam de *criação espontânea*, não-elaborada (diferentes, por exemplo, dos romances medievais, que apresentam uma forma artisticamente elaborada).

Devido à sua simplicidade acabaram sendo assimiladas pela literatura infantil, via tradição popular. Exemplos de formas simples: fábula, mito, lenda, conto maravilhoso, *conto de fadas* etc.

O conto de fadas é, portanto, considerado uma narrativa “de formas simples”. No entanto, apesar disso, o ponto mais importante no conto é a sua pluralidade, devido à sua transformação e à sua mobilidade. É comum ouvirmos que cada um pode contar um conto com suas próprias palavras, mas é preciso um certo cuidado ao contá-lo, pois não se pode modificar o que lhe é prioritário. Quando uma forma simples é atualizada, ela pode ser fixada, tornando-se, assim, uma forma artística, ganhando solidez e unicidade, mas perdendo em mobilidade e pluralidade.

O conto apresenta uma infinidade de fatos diversos ligados pela maneira de representar algo. Os fatos, como são encontrados no conto, só podem ser nele realizados. “Pode-se aplicar o universo ao conto e não o conto ao universo” (JOLLES, 1976: 193).

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. História e estória. **In:** MELO, Gladstone Chaves de; RODRIGUES, Antônio Basílio; BECHARA, Evanildo; FREITAS, Horácio Rolim de; CARVALHO E SILVA, Maximiano de (orgs.). *Na ponta da língua 3*. Rio de Janeiro: Lucerna,

2001.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura Infantil: teoria, análise, didática*. São Paulo: Moderna, 2000.

JOLLES, André. *Formas Simples*. São Paulo: Cultrix, 1976.

KHÉDE, Sonia Salomão. Os personagens dos contos tradicionais. In: *Personagens da literatura infanto-juvenil*. São Paulo: Ática, 1990.

KLEIMAN, Ângela. *Texto & leitor*. Campinas: Pontes, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. *Descrição do português à luz da lingüística do texto* – Curso de pós-graduação: língua portuguesa – visão discursiva, ensino à distância – UFRJ/ Faculdade de Letras; EB/CEP – Centro de Estudos de Pessoal, mimeo, 2001.

OLIVEIRA, Ieda de, *O Contrato de Comunicação da Literatura Infantil e Juvenil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

SOARES, Rosana Muniz. *Coerência e coesão na narrativa escolar – o conto de fadas – uma questão de autoria*. Dissertação de Mestrado. UFF, 2004.

TERRA, Ernani; NICOLA, José de; CAVALLETE, Floriania Toscano. *Português para o ensino médio: língua, literatura e produção de textos*. São Paulo: SCIPIONE, 2002.

TERZI, Sylvia B. *A construção da leitura*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2001

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Da distinção entre tipos, gêneros e subtipos de textos. In: *Estudos Lingüísticos XXX*. Artigo 200. Marília: GEL/SP. Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha,

Linguagem em (Re)vista, Ano 02, N° 02. Niterói, jan./jun.2005

2001.